



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

(Contratação de serviços, exceto de informática)

Projeto Básico/Termo de Referência - Serviços Nº 5/2025 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICACAO SOCIAL

Orientações para elaboração do **Formulário V-02- Termo de Referência** encontram-se disponíveis na Intranet do PJES, em "Norma de Procedimentos" - Formulários da NP 01 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos.

1-UNIDADE REQUISITANTE: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

2- OBJETO:

Aquisição de **1 licença Canva PRO para Equipes até 4 usuários, 3 licenças Canva PRO e 7 licenças CapCut PRO para dispositivo móvel**, com vigência de 12 meses, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo as plataformas funcionarem 24h/dia, durante todos os dias da semana.

3- OBJETIVO:

Aumentar o número de vídeos e produtos de design gráfico de menor complexidade produzidos pela Assessoria de Imprensa e Comunicação do Tribunal de Justiça, bem como do Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial e da Secretaria de Tecnologia da Informação, que contam com estagiários de Comunicação em seus quadros, e que também serão beneficiados com a aquisição do Capcut Pro e Canva PRO para Equipes.

4- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES tem entre suas atribuições, de acordo com o artigo 22 da resolução 75/2011, garantir a transparência e a publicidade de atos praticados e atividades desenvolvidas pela Justiça capixaba. Para tanto, nos tempos atuais, a presença nas redes sociais e demais plataformas digitais se tornou extremamente necessária. Desta necessidade surgiu uma outra, a de produzir vídeos e projetos gráficos de forma mais ágil e com qualidade, fazendo uso de plataformas já massificadas como o CapCut e o Canva.

Além da produção de vídeos e projetos gráficos, outros usos podem ser atribuídos a essas plataformas como a criação de apresentações. Todos eles também atendem as demandas do Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial e da Secretaria de Tecnologia da Informação, que contam com estagiários de Comunicação Social em seus quadros, garantindo autonomia na execução dessas atividades.

5- DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

CANVA PRO

- Possibilitar o acesso por meio de contas individuais;
- Possibilitar a produção gráfica de artes digitais para serem veiculadas em redes como Instagram, Facebook e WhatsApp;
- Possibilitar a produção de cartazes, panfletos, cartilhas e todo tipo de produto gráfico impresso;
- Possibilitar a montagem de kit da identidade visual (com logo, paletas de cores, fotos, imagens, fontes etc) e disponibilizá-lo para toda a equipe;
- Ter desenvolvimento de peças gráficas com layouts próprios;
- Ter desenvolvimento de peças gráficas com templates preexistentes e exclusivos para assinantes;
- Exportar arquivos em formatos JPG, PNG, PDF e outros;
- Criar e exportar de imagens com fundo transparente;
- Contar com ferramentas de tratamento de imagens fotográficas;
- Contar com ferramentas de edição de vídeos, e, por consequência, exportação desses;
- Ofertar um banco de imagens (fotográficas e vetoriais) diverso e exclusivo para assinantes;
- Possibilidade de inserção de novas imagens, fontes e formas gráficas;
- Contar com acesso via software no desktop, celular e no navegador;
- Possibilitar a constituição de um fluxo de trabalho em equipe e criação e compartilhamento de arquivos entre contas;
- Ter acessibilidade, ser intuitiva e prezar pela usabilidade;
- Funcionar 24h/dia durante todos os dias da semana.

Cap Cut PRO

- Possibilitar o acesso de pelo menos 1 pessoa à plataforma, utilizando dispositivo móvel;
- Possibilitar a edição profissional de vídeos para veiculação em mídias sociais;
- Oferecer acesso a uma ampla gama de recursos avançados de edição de vídeo, como ajustes precisos de cor, filtros premium, efeitos especiais, transições personalizadas e muito mais;
- Exportar vídeos em resoluções mais altas, garantindo qualidade excepcional para produções profissionais e publicações em plataformas de vídeo de alta definição;

- Eliminar anúncios, para uma experiência de edição sem interrupções e sem distrações;
- Permitir acesso a atualizações exclusivas e recursos adicionais, garantindo que estejam sempre atualizados com as últimas tendências e ferramentas de edição de vídeo;
- Ser compatível com uma variedade de dispositivos móveis, garantindo que os usuários possam editar vídeos de forma conveniente em qualquer lugar, a qualquer momento;
- Recursos de colaboração avançados, como compartilhamento de projetos e edição em equipe, permitem que vários usuários trabalhem juntos em um mesmo projeto de vídeo de forma eficiente;
- Variedade de formatos de legendas para personalizar conforme identidade visual;
- Funcionar 24h/dia durante todos os dias da semana.

6- QUANTIDADE:

LOTE	ITEM	CATSER	UNIDADE
01	CANVA	27502	01 (uma) assinatura Canva PRO Equipes até 4 usuários
			03 (três) assinaturas Canva PRO
02	Cap Cut	27502	7 (sete) assinaturas CapCut PRO para dispositivo móvel

7- JUSTIFICATIVA PARA A QUANTIDADE SOLICITADA:

A quantidade solicitada atende ao número de usuários que já utilizam as versões gratuitas das ferramentas, porém, com suas funcionalidades limitadas, o que diminui a diversidade e a qualidade dos serviços prestados.

8- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não se aplica.

9- METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

Após a entrega das licenças a Assessoria de Imprensa e Comunicação terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para avaliar o serviço.

10 – FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 A vigência será de 12 meses, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

EXECUÇÃO DO SERVIÇO

10.2. Disponibilizar as licenças no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho, que será enviada pela Assessoria de Imprensa e Comunicação a um endereço eletrônico disponibilizado pela CONTRATADA;

10.3. Fornecer as licenças segundo as especificações e referências indicadas neste Termo de Referência;

10.4. As licenças devem ser entregues com as condições de utilização;

10.5. Não será permitida a subcontratação parcial da execução do presente objeto a terceiros.

11 – DEVERES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

São Obrigações da CONTRATADA, além daquelas já descritas no item 4:

11.1. Cumprir fielmente as exigências do Termo de Referência, de modo que no prazo estabelecido, o objeto contratado seja entregue;

11.2. Entregar o presente objeto no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da Nota de Empenho;

11.3. Substituir, às suas expensas, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, os produtos recusados na fase de recebimento provisório;

11.4. Disponibilizar a última versão disponível no mercado na data de entrega do produto;

11.5. Promover a adequação das inconformidades apontadas pela equipe técnica do CONTRATANTE, em um **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos** após a notificação formal;

11.6. Comunicar à Contratante, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

11.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados referente a qualquer problema detectado;

11.9. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados causarem ao patrimônio da contratante ou a terceiros, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

11.10. Prestar todas as informações à CONTRATADA, e proporcionar todas as condições e meios que lhe forem pertinentes e necessários à realização das atividades contratadas, colocando-se à disposição da empresa contratada durante o tempo necessário.

11.11. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

São Obrigações do CONTRATANTE:

11.12. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto licitado, podendo realizar testes nos produtos fornecidos, verificando, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.13. Verificar se a plataforma entregue pela empresa contratada está em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades exigidas, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer fornecimento que esteja em desacordo com mesmas.

11.14. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento.

11.15. Prestar todas as informações à CONTRATADA, e proporcionar todas as condições e meios que lhe forem pertinentes e necessários à realização das atividades contratadas, colocando-se à disposição da empresa contratada durante o tempo necessário.

11.16. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

12- FORMA DE PAGAMENTO:

12.1. O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil após o registro de recebimento da(s) nota(s) fiscal(is), discriminada(s) com o produto efetivamente entregue no período correspondente, devidamente atestada(s) pelo Gestor do Contrato, sendo efetuada a retenção e/ou recolhimento de tributos e contribuições devidas, quando cabíveis.

12.2. Ocorrendo erros na nota fiscal, que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.4. O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do contrato, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

15.5. O pagamento será feito uma única vez no valor total do contrato.

13- GARANTIA CONTRATUAL:

Não se aplica.

14- GARANTIA DO OBJETO:

Não se aplica.

15- PENALIDADES:

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que: der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.3. Der causa à inexecução total do contrato;

15.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.9. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de 1% (um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

III – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

IV – **Penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar:** A sanção de Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo, de que trata o inciso III, art. 156, da Lei n.º 14.133/21, poderá ser aplicada à CONTRATADA, por culpa ou dolo, por até 03 (três) anos, nos casos previstos nos Incisos II, III, IV, V, VI e VII do art.155, Caput, da mesma Lei, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

V – **Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública: Nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 14.133/21 inclusive, responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

15.11. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

15.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.13. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

15.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratante, sem justificativa, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

15.15. Prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

15.16. Cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

15.17. Critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

15.18. Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

15.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e constarão dos registros próprios do Poder Judiciário do Espírito Santo.

16- RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

- 16.1.** Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 16.2.** Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos/realizados no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 16.3.** Os bens/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material/ serviço, e consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo.
- 16.4.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 16.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17- PROCEDIMENTO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A execução contratual obedecerá ao disposto no Manual de Gestão de Contratos Administrativos (Resolução TJES nº 27/2009)

18- DESCREVER O PROJETO PREVISTO NA LOA:

Plano Orçamentário: 983
Projeto: Assinatura Canva e Capcut
Elementos de Despesa: 339039-1

19- INDICAÇÃO DOS GESTORES DO CONTRATO:

Gestor Titular: Gabriela Moro Zamprogno - matrícula 20952404 - Analista Judiciária: AE: Comunicação Social

Gestor Substituto:

Assinam este documento, o servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência, sua chefia imediata e o Secretário da Unidade.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA MORO ZAMPROGNO, ANALISTA JUDICIARIO AE COMUNICACAO SOCIAL**, em 25/02/2025, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA DE CARVALHO VEIGA, ASSESSOR DE NIVEL SUPERIOR**, em 26/02/2025, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2522887** e o código CRC **73E3841A**.